

Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis

FLAVIA MEDEIROS
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p327-347

resumo Neste artigo, tomo como reflexão certas situações vivenciadas na realização de trabalho de campo durante os cursos de mestrado e doutorado em Antropologia, que podem vir a ser consideradas adversas pois explicitam dilemas, conflitos e controvérsias ocorridos. A partir da descrição, irei apresentar questões sobre a produção do conhecimento etnográfico em condições nem sempre confortáveis para o pesquisador e/ou seus pesquisados. Considerarei interações muitas vezes tensas e arriscadas nas quais me engajei como antropóloga em formação realizando pesquisa com policiais civis da região metropolitana do Rio de Janeiro e como, desde meu lugar de fala como mulher, negra, pesquisadora e jovem compreendi e refleti, relacionando teoria e método, na construção do conhecimento etnográfico.

palavras-chave etnografia, trabalho de campo, lugar de fala, adversidades, feminismo negro

Adversities and standpoint in the production of ethnographic knowledge with civil police in Rio de Janeiro

abstract In this article, I have as reflection certain situations experienced in the conduct of fieldwork research during the master's and doctoral courses in Anthropology, which may be considered adverse because they explain dilemmas, conflicts and controversies. From the description, I will present questions about the production of ethnographic knowledge under conditions not always comfortable for the researcher and / or researched ones. I will consider interactions that were often tense and risky, in which I engaged as an anthropologist in training conducting research with civil police in the metropolitan region of Rio de Janeiro and how, from my standpoint as a black, young, woman, and researcher, I could understand and think about, relating theory and methods, the construction of ethnographic knowledge

keywords ethnography, fieldwork, standpoint, adversities, black feminism

“Garota, não é fácil conversar com você!”

Desde o princípio¹ da interação com os policiais civis que trabalhavam na Divisão de Homicídios (DH)² do leste fluminense, onde realizei trabalho de campo de janeiro, mês de sua inauguração, a dezembro de 2014, eu era questionada sobre minhas opiniões e confrontada por meus interlocutores diante de nossas diferenças de pontos de vista. Na medida que construíamos uma relação, mais oportunidades ocorriam de tornarmos tais diferenças explícitas. Certa tarde de agosto, eu estava no pátio da DH fazendo algumas anotações em meu caderno de campo, quando chegou o policial Túlio, um homem pardo de aproximadamente 40 anos³ com quem eu já havia ido a alguns locais de crime e quem, por algumas semanas, me deu aulas introdutórias sobre armamento e tiro. Com seu telefone celular em mãos, Túlio se aproximou e me disse: “Aí Flavia, você precisa ver esse vídeo!”, me mostrando a imagem de um famoso comentarista televisivo de um jornal noturno da maior empresa de mídia do país. Túlio clicou na tela do seu celular e começou a reproduzir um vídeo, no qual o jornalista tratava de um fato ocorrido na mesma semana, quando um homem negro, com cerca de 20 anos, tinha sido amarrado por “populares” num poste, no bairro do Catete, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, após acusado de tentativa de furto por um pedestre. O jornalista comentava o caso e era assertivo sobre os usos sociais de linchamentos. Eu assisti um pouco impaciente o vídeo de dois minutos que encorajava esse tipo de ação e ao final, Túlio me perguntou: “E aí? Achou o que?”. “Para mim, esse cara é um babaca!” eu respondi secamente.

Seguindo a argumentação do jornalista, Túlio disse achar os linchamentos a melhor forma de controlar a sempre emergente violência no Rio de Janeiro para “mostrar aos vagabundos quem é que manda!”. Eu decidi ser mais explícita com a minha opinião e dizer que não entendia como a “violência” poderia ser

¹ Agradeço às leituras generosas e comentários relevantes dos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM), vinculado ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/PPGA/UFF), em especial a Cristina Marins, Lucía Eilbaum e Isaac Brandão. Uma versão inicial deste artigo foi apresentada na mesa de encerramento da XI Jornada de Alunos do PPGA, intitulada Identidades e Lugares de Fala, compartilhada com Maria Elvira Diaz Benítez e coordenada por Raíra Bohrer, a quem também agradeço pelas interlocuções e reflexões.

² Unidade especializada da Polícia Civil do Rio de Janeiro dedicada à investigação de fatos nos quais houve morte como “homicídios”, “latrocínios”, “abortos” e “autos de resistência”.

³ Todos os nomes próprios dos policiais foram alterados. Para situar os diferentes sujeitos, eu mesma e meus interlocutores nas diferentes situações etnográficas, sempre irei descrever suas qualificações em quatro categorias: gênero (todas as pessoas mencionadas são cis); cor, etnia ou origem; ofício profissional; e idade ou faixa etária. Tais descrições foram elaboradas por mim com o intuito de enfatizar a intersecção desses interlocutores em relação às categorias e estrutura sociais, assim como reforçam o meu ponto de vista sobre esses.

a melhor maneira de “combater a violência”. Ele insistia dizendo que algumas vezes essa seria a única forma de “se fazer justiça”. No que perguntei: “Você não acha contraditório que você, um agente da lei, pense que a melhor maneira de se fazer justiça é não contando com ela?”. Ele olhou nos meus olhos e com um grande sorriso no rosto me disse: “Garota, não é fácil conversar com você!”.

Não era a primeira vez, e eu sabia que não seria a última, em que eu me encontrava tendo uma discussão cujo fundo eram diferenças de ponto de vista em relação àqueles interlocutores. Grande parte do meu trabalho de campo era em conversas com os policiais sobre temas referentes à sua atuação profissional, aos casos que investigavam e à polícia, mas também eram muitos os assuntos como viagens, família, cinema e televisão, eleições e Copa do Mundo que ocorreram no ano de 2014, uso e regulação de substâncias psicoativas e aborto. Essas conversas surgiam na cantina, pátio, balcão, hall de entrada, nas salas durante o intervalo de trabalho ou nas viaturas na circulação entre locais de crime, fóruns de justiça, restaurantes e a “base”⁴. Algumas vezes, quando combinadas previamente e realizadas nas salas dos setores, as conversas tinham estilo de entrevista, discorrendo sobre diversos assuntos, desde a trajetória profissional até preferências e opiniões pessoais dos agentes sobre temas diversos.

No total, foram 147 entrevistas com aqueles que se consideram “entrevistadores profissionais” e que, durante os doze meses da pesquisa, constantemente me questionavam sobre meus interesses e objetivos em “gastar tanto tempo” na DH. “Você quer virar polícia?”, “Está planejando matar alguém?”, “Você fica aqui espionando a gente?”, “Alguém na sua família já foi morto?” “Você acha que vai vender livro escrevendo sobre polícia?” “Quanto que eles [o governo e a universidade] te pagam por mês?” “Esse seu professor, ele acha mesmo que vai mudar a polícia?”, foram algumas das perguntas feitas para mim pelos policiais, quase que como uma chance dada por eles de eu me explicar sobre porquê eu estar fazendo uma pesquisa lá⁵. E o que eu estava fazendo lá? Trabalho de campo para a escrever um texto etnográfico, descrevendo aquele contexto de modo a explicitar certas formas de (re)conhecer o mundo que ali eram (re)produzidas.

As etnografias que elaborei sobre as instituições policiais que exercem controle sobre mortos pela gestão e administração da morte são resultado de experiências que muitas vezes não foram simples ou fáceis e que repercutiram por efeitos incômodos, adversos e arriscados. O estranhamento expresso nas perguntas feitas a mim pelos agentes, se evidenciavam de várias formas na nossa interação. Neste artigo, buscarei explicitar estranhamentos e familiari-

⁴ A “base” era a forma como os policiais se referiam ao edifício sede da Divisão de Homicídios.

⁵ O trabalho do etnográfico advém do interesse deste em construir informações que muitas vezes pode vir a gerar desconfiança e tensões com aqueles com quem se interage. “Trata-se de experiências que se apresentam como alterações ou rupturas em relação à rotina de campo estabelecida na investigação. Contudo, creio ser possível transformar estes episódios, aparentemente anedóticos e pessoais, em instâncias de conhecimento.” (ZENOBI, 2010:474)

dades que se deram na identificação de diferenças e posições sociais entre mim e os policiais para refletir sobre alguns termos da interlocução que estabelecíamos, compreendendo que

tais episódios podem colaborar para configurar certas perguntas vinculadas à perspectiva dos atores sobre temas importantes para eles. Ao mesmo tempo, nós, na condição de pesquisadores, podemos restituir nosso lugar como produtores de conhecimento ao analisarmos as relações que estabelecemos com os informantes. (ZENOBI, 2010, p.490)

Para tanto, irei articular minha etnografia, que deriva da minha reflexão a partir da tradição antropológica sobre o fazer etnográfico, com considerações feitas por intelectuais que integram a “tradição de um pensamento feminista negro” (COLLINS, 2016). Meu objetivo é problematizar a construção que se expressa na interação entre sujeitos diferentes considerando o conceito “lugar de fala” para tomar como análise as adversidades e riscos ao me engajar nas interlocuções para a construção do conhecimento etnográfico. Ao discutir as familiaridades e estranhamentos com meus interlocutores ou sobre meus objetos de pesquisa, espero refletir sobre como etnografias podem vir a ser contribuições que permitem problematizar questões sobre relações de saber e poder, tendo como referência o conhecimento produzido por sujeitos que são hegemonicamente tidos como o “outro (do) outro”⁶.

Lugares de fala e de conhecimento

Como mulher, negra, jovem e intelectual⁷, compreendi e pude exercitar meu conhecimento etnográfico, relacionando teoria e método e refletindo so-

⁶ Neste sentido, “O *status* de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino” (COLLINS, 2016:105), constituindo assim homens negros ou mulheres brancas como o outro primordial. Proponho aqui pensar a partir das construções que refletem certos sujeitos como o “outro (do) outro”, considerando que apesar de uma das noções fundante na antropologia, o conceito de “outro” não seja suficiente para explicitar certas posições estruturais e hierárquicas nas quais estamos relacionados em nossa sociedade, como as discussões que apresentam as mulheres negras como “outro do outro” (KILOMBA, 2012) e as populações indígenas ameríndias como “outro outro” (MACEDO, 2011).

⁷ Tomo para mim as classificações como mulher cis, negra, jovem e intelectual para me posicionar e me autoneoear explicitando o meu “lugar de fala”, me identificando com tantas outras pessoas que se consideram como tais, como também marcando a minha diferença em relação ao lugar hegemônico que é ocupado na academia nas posições de poder e nas bibliografias.

bre questões estruturantes e específicas em minha sociedade, a partir de meu ponto de vista etnográfico. A forma como antropólogos contemporaneamente se engajam em processo de construção de conhecimento pressupõe o reconhecimento de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995) que necessariamente estabelecem conexões entre sujeitos diferentes, apresentando-se em condições específicas, particulares e históricas de relação entre poder e discurso (FOUCAULT, 1996).

Nesse sentido, “desenvolver interpretações teóricas da própria interação em si.” (COLLINS, 2016, p.108), permite a aproximação das discussões da teoria antropológica contemporânea com as da teoria feminista negra, para a compreensão das análises, conhecimentos e informações construídas sobre o mundo desde um ponto de vista e, portanto, constituintes do meu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017)⁸. Para alguns desses sujeitos, a possibilidade de inscrever esse conhecimento pelo ato de escrever e por sob descrição de experiências e análises, como o presente texto, inclusive, passa a ser um ato político e que manifesta o profissional e o pessoal, o político e o poético (KILOMBA, 2010). O modo específico de produção de conhecimento antropológico, realizado tanto no trabalho de campo quanto na escrita etnográfica, me permitiu refletir sobre as possibilidades que pela antropologia pude sobreviver e subverter certas estruturas e representações de poder, pondo sob descrição mecanismos e efeitos dos discursos e práticas hegemônicas para explicitar diferenças que possam chamar a atenção para desigualdades construídas e reproduzidas socialmente.

A seguir, descrevo situações ocorridas na realização do trabalho de campo na Divisão de Homicídios (DH), para discutir sobre classificações que eram a mim atribuídas pelos interlocutores daquela repartição policial, bem como sobre as tensões, familiaridades e estranhamentos explicitados em relação aos meus pontos de vista e aos deles. Antes, porém apresentarei algumas reflexões sobre opiniões e sentimentos expressos sobre a pesquisa que realizei durante o mestrado no Instituto Médico-Legal (IML) que pela invisibilização de minha autoria, questionavam o meu “estar lá”, mecanismo legitimador da experiência etnográfica (GEERTZ, 2009) e a minha capacidade de participar num contexto representado pela “impureza” e pelo “perigo” (DOUGLAS, 2010).

⁸ As discussões empreendidas sobre esse conceito tem como referência a teoria do “standpoint” e visam reforçar as especificidades de certos sujeitos como produtores do conhecimento, reconhecendo sua humanidade e o valor de seus sistemas de pensamento. (RIBEIRO, 2017:58). Os lugares de fala como posições estruturais são experienciados a partir de um corpo localizado no tempo e no espaço, que é nosso ponto de vista, lugar de ação e percepção. O corpo tomado como discurso é, portanto, também narrativa e se torna veículo de um tipo de informação, a linguagem para nossa identificação.

Opiniões e sentimentos

Era meados de 2014, eu estava fazendo trabalho de campo na Divisão de Homicídios de Niterói e começando o 3º ano do doutorado em Antropologia quando fui convidada, junto com Lucía Eilbaum, para apresentarmos a pesquisa que estávamos desenvolvendo sobre “homicídios” e “casos de repercussão” num seminário de uma faculdade particular de Direito na região Serrana do estado do Rio de Janeiro. Nós preparamos nossas falas em conjunto, dois papers sobre casos de violência policial que estávamos analisando e que posteriormente publicaríamos em revistas acadêmicas (MEDEIROS; EILBAUM, 2015; 2016). Depois da apresentação, na parte das perguntas, um homem, branco, de aparentemente 40 anos, vestindo camisa e calça social, com o microfone em mãos, me dirigiu um comentário.

Ele achou nossos trabalhos muito interessantes, e diretamente sugeriu a mim a leitura de um artigo que ele recentemente havia lido de um pesquisador que fez trabalho de campo no IML do Rio de Janeiro. Uma das questões mencionadas por mim quando apresentava a pesquisa foi os procedimentos para identificação de mortos, quando apresentava o que ficou conhecido como o “caso do menino Juan”, um menino negro, de 12 anos, morto pela polícia militar. Enquanto eu ouvia o homem, fiquei muito surpresa, porque logo associei de qual artigo se tratava e assim que ele terminou, eu falei: “Sim, eu conheço o texto, foi publicado na revista Dilemas (UFRJ)?” “Isso” respondeu ele, “muito bom!”, comentou. “Bem, muito obrigada, fui eu que escrevi.”, respondi⁹. Minha resposta poderia ser suficiente para desfazer qualquer mal-entendido, mas não foi o caso. O homem diante da minha resposta insistiu: “Não, mas o artigo é muito bom. O autor fez pesquisa no IML!”. Eu, que já sabia disso, porque era eu mesma a autora do artigo, respondi novamente, mais ou menos assim: “Sim, eu sei. O artigo apresenta a morte do Homem, um policial civil, e trata do caso do Wellington, chamado de Monstro, o atirador de Realengo, comparando o tratamento dado aos dois casos... eu sou a pesquisadora que fez a pesquisa no IML. Eu quem escrevi esse artigo!¹⁰”.

Meu crítico não disfarçou a sua surpresa. Ele, que ao final da atividade se apresentou como aluno de pós graduação e perito da Polícia Civil, não conseguia identificar em mim “o autor” daquele artigo que ele tinha lido, gostado e inclusive recomendava por aí. Depois dessa situação, fiquei pensando que talvez eu não tenha me posicionado explicitamente o suficiente naquele texto, mas também é relevante a invisibilização do meu nome que estava presente na

⁹ Cabe enfatizar que ele não recomendou o trabalho a minha professora e colega Lucía, mulher, branca, 35 anos, antropóloga, professora universitária e argentina, e por isso ficou para mim o cargo de responder aquele interlocutor.

¹⁰ (MEDEIROS, 2014).

página inicial e no rodapé de todas as 19 páginas do artigo. Ainda, uma pequena biografia com minha filiação institucional e contato de email como padrão se encontram na página final do artigo publicado.

Considerando esse total apagamento que foi feito da minha autoria por aquele leitor, essa poderia ser descrita como uma situação única e ideal de um “whitemansplanning”¹¹. Também parecia uma tentativa de “epistemicídio”¹², ao desqualificar-me como sujeito produzindo uma morte simbólica de minha autoria sobre aquele contexto. A explicitação da recusa daquela interlocutor em conceber uma mulher, negra e jovem como produtora de conhecimento sobre o IML¹³ se vinculou a outros eventos pretéritos nos quais já se havia demonstrando elementos do estranhamentos gerados diante de ser eu, Flavia, quem “esteve lá”, no IML. Esses episódios corroboravam uma constante observada em outros contextos como quando “acadêmicas afro-americanas são constantemente atingidas por sua própria invisibilidade, tanto como sujeitos humanos plenos incluídos em fatos e observações sociológicos, quanto como praticantes da disciplina em si.” (COLLINS, 2016, p.120)

Foram distintas situações nas quais se expressaram preocupações e incômodos sobre eu estar pesquisando junto aos mortos. Ainda durante o período em que cursava as disciplinas de mestrado, que ingressei aos 21 anos de idade, uma professora durante um curso de metodologia, ao ouvir em sala de aula sobre meus interesses de minha pesquisa, comentou: “Nossa, tão bonitinha, tão novinha, tão limpinha, quem vê nem acredita que ela possa fazer um trabalho desses...”. A expressão pública desses e outros estranhamentos me parece ter pelo menos duas dimensões óbvias: uma que se vincula a opiniões e percepções sobre o “objeto de pesquisa” que eu me dedicava, a morte e os mortos re-

¹¹ O “whitemansplanning” é um neologismo que pensei a partir da noção de “mansplanning” (man = homem; splanning = explicação) cunhada pelo movimento feminista contemporâneo para definir situações nas quais homens falam com autoridade a mulheres sobre os conteúdos que nós sabemos tanto ou mais do que eles. Incluo a categorização de white (branco) para enfatizar essa característica do meu interlocutor na situação descrita, e também para negritar que além de um dos efeitos da masculinidade e do sexismo, esse também se intersecciona aos efeitos da racialização e da subjugação de mulheres negras, sobretudo quando estão em jogo os papéis de produtores de conhecimento.

¹² A intelectual e ativista negra Sueli Carneiro (2005), sobre o conceito de “epistemicídio”, expõe que é “para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; **pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento** e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.” (p. 97, grifos meus)

¹³ Cabe mencionar que essa é uma instituição pública responsável pela reprodução de conhecimentos ditos científicos da medicina-legal e que foram construídos pela racialização das diferenças e objetificação do outro (DAMASCENO, 2008; MEDEIROS, 2016a)

presentados como algo feio, ultrapassado e sujo, negativo, impuro; e outra que se vincula a opiniões e percepções sobre mim, meu corpo, aparência, e idade e de como eu poderia ser classificada, incluída ou excluída em certas relações, espaços e situações.

Superando certos preconceitos ou opiniões adversas, fosse sobre mim ou sobre os mortos, iniciei o trabalho de campo em janeiro de 2011, e enquanto “estava lá”, eu principalmente observava, ouvia e anotava. Mas foi em abril, após a morte do meu pai, Ademir Santos (homem, negro, 59 anos, projetista), por um aneurisma cerebral depois de quase 12 anos de padecimento, que eu voltei minha atenção para outros sentidos, especialmente o olfato e o afeto¹⁴ em relação aos cadáveres. Posteriormente ao falecimento do meu pai, realizei uma pausa de algumas semanas no trabalho de campo e quando voltei ao IML passei a atentar para as dinâmicas que se davam a partir da percepção do cheiro e as expressões afetivas e morais que eram realizadas sobre os mortos, o que me levou a compreender outros aspectos da organização das relações naquela instituição, como a gestão do tempo e do espaço e a hierarquização entre os mortos (MEDEIROS, 2014b). Amadurecer meu luto levando à sério outras dimensões daquela experiência, me permitiu construir uma etnografia que, para além do ver e do escutar, também utilizou-se do sentir como ferramenta para reflexão e análise.

Diferenças e intersecção

O interesse inicial da minha tese de doutorado era compreender como homicídios, que vitimam cerca 60 mil pessoas por ano no Brasil, mais de 70% destas vítimas, jovens negros moradores de favela e periferia, eram investigados pela Polícia Civil e, portanto, administrados e geridos pela DH. Ao iniciar o trabalho de campo naquela repartição burocrático-policial, meu objetivo passou a ser analisar como mortes eram tratadas como homicídios, para os quais eram estabelecidas “linhas de investigação” que deveriam vincular um morto num “local de crime” a um suspeito identificado e construído pela polícia, a partir de informações de testemunhas e evidências¹⁵.

¹⁴ Compreendido tanto no sentido afetivo, das emoções expressas por sentimentos em relação à afeição e humanização do outro, quanto no sentido de afetação, se referindo aos efeitos subjetivos que a experiência de trabalho de campo e, particularmente, a exposição a certas condições e situações de interlocução que atingem subjetivamente o pesquisador. (FAVRET-SAADA, 2005)

¹⁵ Através da descrição de algumas técnicas e moralidades demonstrei como os policiais mobilizavam as linhas de diversas maneiras nos diferentes casos de homicídio que eram por eles investigados. Traçando indícios, abandonando ou encontrando evidências, inscrevendo depoimentos de testemunhas em documentos, estabelecendo limites do “risco” ou de um “local”, “cortando” caminhos nas viaturas, os policiais agiam com ferramentas proporcionadas por sua condição como agentes de uma instituição responsável pela gestão de mortes violentas. E,

O contexto grave de letalidade da população negra, em especial de jovens negros, como mencionei, fazia com que fossem muitas as mulheres negras que circulavam no prédio da DH. Em sua maioria, elas eram familiares de vítimas ou suspeitos, mães, irmãs, companheiras, namoradas, tias e avós provenientes de favelas e comunidades da classe trabalhadora. No âmbito da DH, eram tratadas como testemunhas nas linhas de investigações dos homicídios e com quem eu interagía nos momentos de espera, durante os intervalos dos interrogatórios, nos bancos da recepção ou na troca de olhares e cumprimentos à distância fosse nos locais de crime, pátio, entre as salas e pelos corredores daquela repartição policial. Atuando como profissionais na DH, eram pouquíssimas as mulheres negras que lá trabalhavam. Além de algumas repórteres de veículos de mídia local, eram cerca de cinco as policiais mulheres negras, quatro delas em setores burocráticos e que frequentemente eram destacadas pelo diretor da DH e reconhecidas pelo “belo trabalho”.

Algumas vezes também a minha aparência, roupas, corpo e cabelo também eram objeto de gracejos, comentários elogiosos e assédios por parte dos policiais. Um deles, na tentativa de me elogiar, enunciou como um clichê: “Você é exótica!”. Um delegado, homem, branco, 32 anos, combinando a chave de gênero com a racial, também no intento elogioso comentou ao final de uma entrevista realizada em sua sala, “Você parece a [atriz] Juliana Alves, ela é muito bonita!”. Eu respondi que era comum ser comparada com atrizes negras, mas que não me lembrava de essa ser mencionada. Ele disse que eu parecia sim com ela e logo, ao passar pelo corredor uma colega delegada, checkou a sua impressão. A delegada, mulher, branca de cabelos louros, 37 anos, respondeu, mencionando outra atriz negra, muito conhecida por sua atuação em telenovelas e propagandas: “É, parece um pouco! Mas acho que você parece mais a Taís Araújo!”, vinculação que me foi comum por grande parte da vida, e por isso respondi: “Sim, já ouvi muito isso, deve ser mesmo”.

Para além das aproximações que davam conta da representatividade de mulheres parecidas comigo no imaginário daqueles interlocutores, os elogios, comentários, cantadas, convites e provocações direcionadas a mim pelos policiais homens não eram raros. Alguns mencionavam que gostariam de me convidar para jantar, para ir a um bar ou à praia, “Eu tinha vontade de sair eu e você, sabia?” me falou o policial Marcus, homem, branco, 35 anos. Eu sempre me negava aos convites, algumas vezes explicando que eu tinha um relacionamento. “E se você não tivesse teu namorado?”, me perguntou em outra ocasião o policial, Rafael, homem, branco, 29 anos, após fazer um convite parecido. “Não, porque também não tenho interesse”, respondi. Apesar de notar que meus sucessivos não resultaram na redução de convites para encontros, os

usavam tanto essas ferramentas, como seus próprios valores morais, variáveis de acordo com as situações colocadas, para conduzirem as “linhas de investigação” (MEDEIROS, 2016b).

policiais ainda se sentiam à vontade em comentar sobre minha aparência. Tais comentários se davam principalmente em público ou quando estávamos em grupo, e explicitavam a capacidade e facilidade em, ainda que com intenções elogiosas, objetificar sujeitos cujos corpos tem sido historicamente sexualizados como ocorre em relação às mulheres negras¹⁶ (DAMASCENO, 2008).

Certa manhã, enquanto eu estava de pé no balcão da recepção conversando com a recepcionista e dois policiais, o policial Gabriel, homem, pardo, 30 anos, passou por nós com uns papéis na mão, me olhou e seguiu. Na volta, minutos depois, ele comentou: “Você é forrozeira né?!”. “Não. Por quê?”, respondi. “Ah, é que você tá sempre de sandália rasteira, achei que você gostasse de forró.” falou, expressando que “sempre” observava meus calçados, e por eles me atribuiu uma identificação. “Nem sei dançar, uso rasteira porque é confortável mesmo” respondi, e ele comentou: “Ah, isso não é problema. Se quiser eu te ensino”.

Numa tarde, no caminho da cantina junto com outros quatro policiais, Carlos, homem, branco, 28 anos, olhou para mim e falou: “Gostei do visual de hoje!”. Eu vestia calça preta, sandália rasteira também preta e uma camiseta cinza, roupa que passei a adotar quase que como um uniforme no período que acompanhava as idas ao local de crime com policiais daquele setor¹⁷. “Valeu! Minimalista...” falei, um pouco constrangida. Márcio, homem, branco, 31 anos, que também estava conosco, aproveitou meu comentário e disse: “Gosto assim, sem muito detalhe, sem dar trabalho...”. “Do que você tá falando?” perguntei. E ele respondeu “Nada não, Flavia...”, ficando óbvio que ele estava falando de mim, comentando certa praticidade da minha roupa, mas também, aproveitando para expor um certo estilo de “mulher” que ele “gosta”, “sem muito detalhe”. Colegas deles, policiais mulheres e jornalistas eram também diariamente alvo de gracejos: “Tú tá linda hoje, hein Tati!”, “Que isso, Rafa! Saltão bonito esse!”, “Nossa senhora, Rosana! Se você não fosse casada...” eram apenas alguns dos enunciados produzidos pelos policiais, que poderiam ser observados durante o cotidiano das relações na DH. Rosana, mulher, branca, 29 anos, era casada com

¹⁶ Longe de sugerir que haja um conceito único e universal de “mulher negra”, na diversidade e diferenças daquelas que se reúnem sobre essa categoria, há formas diferentes de experiências que partem de uma opressão comum. Eu, que tenho o corpo magro, a pele clara, os cabelos cacheados e a aparência facial e corporal cujos fenótipos se aproximam de certos padrões estéticos, tenho uma experiência diferente em relação a objetificação e sexualização do meu corpo em relação à outras mulheres negras, que sejam gordas, com a pele mais escura os cabelos crespos e/ou com fenótipos distintos dos modelos hegemônicos de beleza. Ainda sim, cabe destacar que a partir desse meu “lugar de fala” ocupo uma posição social que me permite experimentar, identificar e reconhecer tantos privilégios, quanto as adversidades que se referem às objetificações e racializações descritas.

¹⁷ Essa foi uma recomendação de alguns dos delegados plantonistas para que eu pudesse acompanhar suas equipes sem que me destacasse esteticamente do uniforme usado pelos policiais às idas de local de crime, quando eu trocava as sandálias rasteiras por um tênis esportivo, também preto.

um policial lotado em outra delegacia, mas conhecido por seus colegas na DH, e sempre respondia as provocações com risos e outras piadas, comentando: “E olha que meu marido é polícia, hein? Imagina se não fosse!”.

A partir destas interações, evidenciava-se como nas relações de sociabilidade estabelecidas naquela repartição se sobrepunham formas de expressão dos homens sobre as mulheres como algo tolerável, tendo como característico o assédio e o cortejamento como marcante entre os policiais civis. Até mesmo a delegada de polícia, ex-chefe da Polícia Civil e atualmente deputada estadual Martha Rocha, mulher, branca, mais de 50 anos, já declarou em entrevista a uma revista dedicada a mulheres¹⁸, ao descrever sua relação com colegas policiais: “Um dos sintomas do machismo é o cavalheirismo. Ao mesmo tempo que conseguem ser rudes, são cavalheiros”. Além de certo “cavalheirismo” ostensivo que preenchia as relações de elogio e provocação entre homens e mulheres na DH, o uso coloquial de expressões vinculados à virilidade que valorizavam estereótipos de masculinidade como “machos”, “homens viris”, “picas”, “alfas”, “guerreiros” reforçava este ambiente no qual os “homens” e o “masculino” eram os marcadores padrão das interações. Nesse sentido, os policiais civis que eram em sua maioria homens, apesar da presença marcante de mulheres naquela repartição, explicitavam modelos e categorias acionados nas relações entre os sujeitos sociais naquele domínio que de alguma forma faziam com que “homens” e “mulheres” fossem “tão categoricamente e tão diferentemente situados uns em relações aos outros” (STRATHERN, 1988 [2006], p. 118) reforçando as desigualdades e a hierarquização de gênero naquele contexto.

Se do ponto de vista dos padrões de gênero, o contexto de pesquisa era marcado pela masculinidade, no que concerne a sua racialização, homens e mulheres policiais não diferiam tanto e aquele ambiente era majoritariamente formado de pessoas brancas. Eles tinham estatura média, eram magros e de cabelos curtos para os homens e longos e lisos para as mulheres¹⁹. Assim, apesar de uma parte dos policiais homens serem “pardos”²⁰, considerando a divisão de homens e mulheres, os agentes eram em sua grande maioria homens brancos ou visto como tais. E mesmo que quase metade das mulheres fossem negras (incluindo aqui, pardas e pretas) proporcionalmente, como já eram poucas as

¹⁸ (LACOMBE, 2012).

¹⁹ O cabelo curto dos homens impedia de identificar a textura de seus fios. Uma única policial mulher negra usava os cabelos volumosos, com apliques e procedimentos químicos, a maioria delas alisava e/ou clareava o cabelo. Meu cabelo naquele período estava bem curto, pois no ano anterior eu havia realizado um “big chop”, corte feito para finalizar o processo de transição capilar e deixar de realizar tratamentos químicos para alterar a textura do cabelo, passando a adotar um cabelo “natural”. Esse processo de mudança estética e “conscientização” de uma política do cabelo tem sido crescente, e pelo qual passam muitas pessoas negras, especialmente mulheres, numa forma de afirmar e reforçar a sua origem étnica, sua identidade e sua auto estima (KILOMBA, 2010, p. 70-76).

²⁰ Categoria utilizada no Brasil para classificar negros de pele clara.

mulheres atuando como agentes na DH, se tornavam ainda pouquíssimas as mulheres negras que trabalhavam como policiais naquela repartição.

Nossas diferenças de gênero, raciais, etárias e sociais informavam como policiais e eu desenvolvíamos uma relação de interlocução, na qual a construção do meu lugar como antropóloga no campo se deu ao conhecer e acessar aquele mundo, na medida em que passei a conhecer suas regras e valores, bem como eles reconheciam os meus. Entre os meus interlocutores e eu havia diferenças fundamentais que se expressavam de diversas formas. Eles viam em mim tais diferenças me classificando como “mulher”, “professora”²¹, “pesquisadora”, “garota”, “antropóloga”, “espiã”, entre outras. E se para eles, tais diferenças eram parte das observações cotidianas que faziam sobre mim, eu as tomava como parte do exercício que, como antropóloga, me propus a realizar ao interagir e conhecer aquele outro. A minha presença impunha mudanças na forma como eles atuavam, que aos poucos, ao passo que nos conhecíamos, iam se dirimindo ou alterando. Por outro lado, a minha aparência, jeito, rotina, humor estavam vulneráveis e eram objeto de avaliação que os informavam, mas também os confundiam, num exercício de “controle de impressões” (BERREMAN, 1975 [1961]).

Familiaridades e estranhamentos

Apesar das diferenças já mencionadas, também contávamos, policiais e eu, com algumas semelhanças. Pontos em comum que nos identificavam e também eram articuladas no “controle de impressões” estabelecido entre nós. Uma parte significativa deles era, como eu, nascida e criada em Niterói. Alguns moravam na mesma região onde cresci e onde minha família mora até hoje, na zona Sul daquele município. Um deles frequentou a mesma escola que eu, o Colégio São José, porém cerca de dez anos antes. Ainda sim, tivemos alguns professores em comum durante os nossos cursos de “Ensino Médio”, que ele destacou “na minha época ainda era segundo grau!”. Alguns deles haviam estudado na mesma universidade que eu, a Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre as “escrivãs”, duas que cursaram, respectivamente, Direito e Veterinária naquela universidade. Ainda, havia aqueles policiais formados em História, Letras e Serviço Social, cursos que funcionavam no mesmo campus que Antropologia. Um policial naquele período estava cursando Ciências Sociais, curso de graduação no qual eu me formei. A minha vinculação na uni-

²¹ Além de acompanhar a rotina na DH, eu estava envolvida em outras atividades acadêmicas, como lecionar na universidade como professora substituta. Muitas vezes, preenchia meus momentos na DH lendo textos, preparando aulas e corrigindo trabalho de alunos, o que para alguns interlocutores reforçava minha identificação como “professora”.

versidade me fazia “conhecida” por eles e muitas vezes essa identificação não era vinculada a mim individualmente, mas à “instituição” na qual eu estava formalmente inscrita e, portanto, eu era conhecida como integrante. Outras vezes, aos estereótipos que eles tinham sobre a academia e à universidade. Por outro lado, por termos frequentando similares bancos escolares, até certo ponto, havíamos passado por processos educacionais semelhantes. Mais do que uma identificação, deles como policiais e minha como pesquisadora, havia uma socialização que nos era similar.

Além da escola e da universidade, ainda que de forma distinta, em Niterói circulávamos pelos mesmos lugares. As praias de Itacoatiara e Icaraí, bares no Saco de São Francisco e no Jardim Icaraí, restaurantes da cidade como Steak House e Caneco Gelado do Mário e shoppings e galerias eram todos espaços em comum, parte das nossas vidas e rotinas. Algumas vezes, porém, a forma como se engajavam nestes lugares eram por mim conhecidas mas, ao mesmo tempo, repudiadas. Conversando com o policial Roberto, homem, branco, 36 anos, sobre o programa de metas, ele me contou a estratégia que usava com seus colegas quando trabalhou na delegacia de Icaraí para alcançar a produtividade requerida de trabalho a eles atribuídas. Eles saíam a pé da delegacia e iam caminhando até a praia de Icaraí no final da tarde. Lá, eles seguiam em direção ao canto esquerdo da praia, um “pico” frequentado por adolescentes e jovens para, entre outras tantas coisas, fumar maconha. Ali, de acordo com o que me descreveu o policial, eles sentavam “como se fosse um deles, a gente ia até de bermuda, chinelo... boné!” e ficavam aguardando e observando para “fazer o flagrante”. Eu, que durante a maior parte da minha vida frequentei aquela praia e aquele “pico”, sempre soube histórias de “dura” por ali. Essas são parte comum da socialização de muitos jovens na cidade, assim como relatos de “assaltos”, “assédios”, “brigas” e “estupros”, experiências vividas e narradas por meus colegas de escola e de bairro. Era a primeira vez que eu ouvia a versão policial. “Algumas vezes dava certo, mas teve vez que todo mundo fugiu”, me contou Roberto dizendo que “eles [os “traficantes” ou “usuários”] ficavam embaixo da barraca. Quando a gente chegou perto, jogaram cadeira, barraca, tudo em cima da gente e correram. Fugiram! Ali a gente não pode atirar.” Deixando implícito que o insucesso da “operação” se deu porque além de serem reconhecidos, as regras que aplicavam para aquele contexto os proibia de atirar, explicitando, dessa maneira, a valoração moral reproduzida por eles que denotava a humanidade reconhecida sobre aqueles sujeitos e certa inviolabilidade daquele espaço.

“(...) mas fica sabendo, se você levar um tiro, eu vou botar uma arma na sua mão!”

Se na praia de Icaraí eles exerciam um saber que limitava o uso da força pe-

las armas, em outros espaços esse saber era orientado pelo “risco” que eles expressavam sentir. Era a partir de um status como policial civil que os agentes avaliavam a sua percepção como sujeitos sociais sobre o mundo no qual habitavam e circulavam. A noção de “risco” continuamente era usada para mensurar certa percepção de segurança e era apresentado pelos policiais como uma expressão do “medo” que estes tinham de circular naquela paisagem, devido às suas representações e conhecimentos acumulados sobre sujeitos e conflitos. As “áreas de risco” reconhecidas, especialmente em favelas de Niterói e São Gonçalo, eram objeto de constante avaliação. Devido a um processo de “favelização” de áreas residenciais da classe trabalhadora urbana periférica, bairros de São Gonçalo que antes eram considerados “seguros” e “tranquilos” também passaram a ser consideradas de “risco” pelos policiais, em consonância com parte da população e da mídia. Tais regiões eram regularmente alvo de forte intervenção policial, justificada pelo governo devido à presença do comércio de substâncias ilícitas e decorrente da escolha por uma política de Segurança Pública que se utiliza do confronto e da militarização do policiamento para repressão e exercício violento do controle social. Deixando explícito que tal forma de concepção daqueles espaços se vinculava a uma estratégia de “guerra”, corrente na gestão de espaços urbanos construídos como territórios de “risco” e, por isso, vulneráveis ao arbítrio dos poderes “de/da polícia” (MEDEIROS, 2016b; FASSIN, 2013; AMAR, 2013).

Particularmente em São Gonçalo, onde certas partes me eram familiares²², a ampliação da classificação de certos espaços como “de risco” se dava pela percepção dos policiais sobre certos sujeitos e territórios e corroborava com a ampliação do poder militarizado que o Estado passava exercer em determinadas localidades durante certos períodos de tempo. Porém, esses espaços considerados de “risco” para alguns policiais, eram parte da minha experiência de vida como habitante daquela região. Ao me colocar na posição de realizar exercício antropológico de estranhamento do familiar (DAMATTA, 1978; VELHO, 1981), eu era levada a conhecer os “homicídios” que lá ocorreram e as histórias das pessoas, mortas e vivas, com quem a polícia se relacionava, a partir do reconhecimento de certos espaços e das formas como a polícia atuava. De certa maneira, um exercício para acessar aquilo que já me era comum sob uma perspectiva que até então me era distante.

Continuamente, negociava acessos, posições e oportunidades para exercitar minha observação. Certa vez, o grupo de investigadores que eu acompa-

²² Naquele município vive minha família por parte de mãe e durante toda a minha vida, sozinha, com familiares, e amigos, por estudos, compras e lazer, fui frequentadora dos bairros de Jardim Catarina, Monjolos, Alcântara, Coelho, Colubandê, Arsenal, entre outros - apenas para mencionar alguns nos quais ocorreram “locais de crime” de “homicídios” que pude acompanhar durante a pesquisa.

nhava mais diretamente ia realizar uma “diligência” na região do Alcântara, em São Gonçalo para indiciar uma testemunha de um caso de “homicídio” cuja vítima era um homem, pardo, 53 anos, comerciante e cujas “linhas de investigação eram “dívida”, “acerto de contas” e “vingança”. Enquanto se preparavam para sair, perguntei ao policial Roberto se eu poderia acompanhá-los. Inicialmente, ele disse que sim em concordância com Bruno, Dirceu e Jorge, todos homens brancos entre 30 e 45 anos que disseram que “o local é tranquilo”, o que eu também de certa maneira sabia. Cerca de dez minutos depois, Roberto virou para mim e falou: “Acho melhor você não ir não, foi mal. Pode ser perigoso!”, “Tudo bem, tranquilo. Você que sabe!”, respondi. Uma hora e meia depois, quando eles voltaram para a “base”, Jorge comentou comigo: “Ué, senti sua falta. Por que você não foi?” e eu expliquei: “O Roberto embarreirou, disse que era perigoso.” E Jorge exclamou: “Perigoso nada, negócio limpo, tranquilo”. Outra vez porém, a “diligência” foi na região do Arsenal, também em São Gonçalo. Novamente, perguntei se poderia ir, e desta vez eu considerava aquele como um lugar de “risco” por saber da presença conflituosa de comércio armado de substâncias psicoativas. Roberto me respondeu: “Só se você quiser ir mesmo...”, e como numa ameaça complementou: “mas fica sabendo, se você levar um tiro, eu vou botar uma arma na sua mão!”. Nem só pelo risco de ser atingida, mas pela falta de confiança e pelo risco de ser alvo de uma prática comum entre os policiais, a de implantar armas em determinadas vítimas, legitimando suas mortes e desumanizando as suas existências, que eu não quis ir mesmo.

Muitas das diferenças entre os policiais e eu se demarcavam entre limites, valores e moralidades que eram por nós explicitados em situações informais, conversas, coloquialidades e tensões. Nem sempre para eles era fácil conversar comigo, como mencionei sobre a conversa com Túlio no princípio deste artigo, tampouco para mim era simples ou confortável conduzir o trabalho de campo entre eles. A minha presença ali repercutia de modo que era parte de meu exercício lidar com essas diferenças, exercitando minhas habilidades de observação, percepção e compreensão entre aquilo que acontecia e que me era conhecido e estranho. Tais diferenças de ponto de vista apareciam sobre duas dimensões: aquelas que poderíamos chamar de ideológica ou moral, sobre problemas sociais, e aquelas que poderíamos chamar de ética, que se refere às regras e valores compartilhados e legítimos, orientadoras das práticas cotidianas em relação a nós mesmos. Ambas se dão nas especificidades de nossas formas de se engajar no mundo e eram expressas em diferentes oportunidades, como quando fui consultada por delegados e policiais sobre minha opinião em relação aos abortos após a morte de duas mulheres em procedimentos clandestinos (MEDEIROS, 2017). Utilizando ferramentas metodológicas e teóricas providas pela antropologia, muitas delas intuitivamente acessadas e repensadas durante o processo de escrita, a construção do conhecimento etnográfico a partir desse trabalho de campo repleto de adversidades e riscos

só foi possível porque procurei, pela interlocução e reconhecimento mútuo de nossas diferenças, estabelecer vínculos com os policiais. Vínculos esses que na medida em que eram articulados ora nos aproximavam, ora distanciavam.

Reflexões e incômodos

Durante e depois da realização dessa pesquisa, e na apresentação de algumas análises e discussões por mim construídas, essas dimensões também me foram diretamente questionadas por alguns colegas antropólogos que procuravam expor dilemas éticos e morais em realizar uma “observação participante” com aqueles policiais. Considerando impasses, angústias, dilemas e ambiguidades de se fazer uma pesquisa com aqueles interlocutores, me chegavam questionamentos que colocavam em cheque a minha posição enquanto mulher negra pesquisando, como descrevi, não com outras mulheres negras mas com, majoritariamente, homens brancos. Ao me dedicar às pesquisas nas quais tive como interlocutores os policiais, fazendo trabalho de campo em instituições, direcionei minha “observação participante” a suas práticas, seus discursos, suas técnicas e seus valores morais.

Pelas especificidades de produção de conhecimento etnográfico, uma prática potencialmente transformadora, pude construir um pensamento em movimento relacionando teoria e método num processo contínuo entre estar lá, aqui, agir, refletir e escrever. Nesse sentido, pensar em categorias que põem em questão as condições de realização da pesquisa, de circulação e de construção, como o conceito “lugares de fala”, aparece como frutífero também para repensar privilégios e contradições, inclusive dos que tomam seus discursos como legítimos e questionam outros, destacadamente daqueles outros que não hegemonicamente tem poder em seus discursos, não por seus conteúdos, mas por estereótipos identitários, sobretudo vinculados a padrões racistas, sexistas e hierárquicos. Compreendendo que o “lugar de fala” pressupõe uma interação social entre dois sujeitos ou mais, que se reconhecem como outros entre si, desde seus corpos, seus status social e sua visão de mundo, é possível se explicitar relações de poder, e “desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar” (RIBEIRO, 2017, p.31).

De certa maneira, o “lugar de fala” reivindica a existência de um lugar de escuta, impõe a existência de um outro, e o reconhecimento de posições estruturais que classificam desigualmente os sujeitos. A partir de outras formas de experimentar, na construção de uma forma específica de conhecimento que se dá pela vivência e interlocução em um contexto específico, nós antropólogos temos uma posição privilegiada para refletir sobre esses termos. A minha proposta é pensar nas ferramentas teóricas e metodológicas pelas quais construímos nossas etnografias, especialmente na interlocução com sujeitos posicionados estruturalmente “up”, (NADER, 1972) como pode ser conside-

rada a polícia, pensando os estudos de elites, governos, sistemas e mecanismo de poder. Sobretudo quando os antropólogos são aqueles que estruturalmente são vistos como “subalternos” (SPIVAK, 1988), sujeitos vulnerabilizados, precarizados, explorados pelos sistemas econômicos, políticos e sociais.

Nessa chave, a etnografia produzida a partir do trabalho de campo não seria uma forma de “fazer os nativos falarem”, mas funcionaria como mecanismo de dispersão do poder, possibilitando a alguns, que em geral são definidos como aqueles que não podem falar, a refletir e construir conhecimento sobre questões diversas, que muitas vezes se relacionam diretamente com suas experiências práticas de vida, e que permitem explicitar as tensões com o “outro”. Rompendo com silenciamentos, invisibilizações e hierarquias para “desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos (...) e pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante” (RIBEIRO, 2017, p.89-90), a etnografia permite que sejam construídas interpretações sobre outras perspectivas e outras experiências. Inclusive a de uma mulher negra produzindo conhecimento sobre homens brancos que atuam como investigadores de homicídios e controlam os mecanismos de classificação e gestão da principal causa de morte prematura de jovens negros em nossa sociedade.

Interessados em compreender a diversidade em suas particularidades, subjetividades e especificidades, nós antropólogos articulamos essa forma específica de produção de conhecimento e devemos estar sempre atentos em como tais posições ditas estruturais se estabilizam, mudam ou se reproduzem. Inclusive, considerando, nós mesmos como sujeitos. Me parece que está aí, inclusive, esse certo incômodo gerado por algumas pesquisas, como a minha, que, como mencionei inicialmente, me parecem ter tanto a ver com a representação que se tem sobre aquilo que se espera da identidade do outro, no meu caso uma jovem intelectual negra, quanto sobre valorizações que são colocadas em relação aos contextos e interlocutores de pesquisa considerados legítimos, relevantes, politicamente corretos, ou não.

Sobrevivência e subversão

A minha experiência aqui descrita e refletida tem investido nessas oportunidades de interlocução para aproveitar o potencial da antropologia tanto no trabalho de campo, quanto na escrita, em inquietar, e nesse sentido, em desnaturalizar certas relações. Uma proposta de antropologia, talvez de sobrevivência²³ de afetos e sentidos que permitiram seguir a pesquisa, superar ad-

²³ “Afim de sobrevivermos, aqueles de nós para quem a opressão é extremamente comum, devem sempre estar vigilantes, tornarem-se familiares com a linguagem e as maneiras do opressor, chegando, às vezes, a adotá-las para se ter alguma ilusão de proteção”. (LORDE, 1984: 114).

versidades e prosseguir na vida, talvez de subversão²⁴, de provocar diálogos e reflexões nem sempre desejados ou simples, que nos expõem a riscos, mas que se forjam desde o estabelecimento de uma relação com o outro que permite alcançar certos níveis de reflexão. E, que de forma bem-sucedida, geram algum tipo de efeito nos outros e em nós, promovendo uma mudança, trazendo uma instabilidade, criando um incômodo pois, aos antropólogos, “tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar” (GEERTZ, 2001, p.65). Talvez seja esse também o potencial da antropologia na academia, tendo um papel não apenas burocrático e acadêmico, mas pelas etnografias, incidir em nossos contextos, na universidade, e principalmente, nos próprios antropólogos. Quando lidamos com adversidades e riscos, pela produção da escrita etnográfica, conjugando a descrição e teoria a partir de uma experiência, comunicamos e construímos conhecimento acessado por interlocutores que desde a leitura de nossas etnografias, nos colocam em diferentes lugares, alguns deles de escuta, de destaque, de crítica, de referência e ainda, como mencionei no começo deste artigo, de invisibilização.

Concluo refletindo sobre o conhecimento antropológico e suas formas de conhecimentos, que põe em questão o próprio conhecimento científico, enfatizando sua condição de um “saber localizado” (HARAWAY, 1995), a partir de “lugares de fala” (RIBEIRO, 2017) que ganham forma e se fazem reconhecível em um corpo/identidade. Era desde esse lugar de conhecimento, de ser vista como da “margem” e estar no “centro”, uma “outsider within” (HOOKS, 1989; KILOMBA, 2010, p. 36; COLLINS, 2016) que busquei construir interlocuções e que, diante das possibilidades de posição e movimento, me conduzi durante o trabalho de campo junto a policiais civis, com suas adversidades e riscos. Desde a minha experiência de pesquisa, de sobrevivência e de subversão, espero poder contribuir, gerando incômodos, questionando as estruturas que pretendem nos conter, invisibilizar e eliminar. Por questionamentos que nos desloquem mas também descolem de nossos lugares de conforto e privilégio e nos recolorem, continuamente, diante de nossas posições sociais, escolhas e oportunidades para a construção de um conhecimento etnográfico, político e poético.

²⁴ “Em contrapartida, boa parte da experiência das mulheres negras tem sido consagrada a evitar, a subverter e a desarmar os mecanismos desse *insiderism* de homens brancos. Não chega assim a surpreender o fato de que os esforços das mulheres negras em lidar com os efeitos de sistemas interligados de opressão possam produzir um ponto de vista um tanto diferente e, em diversas ocasiões, oposto ao ponto de vista de homens brancos *insiders*.” (COLLINS, 2016, p. 118).

Referências bibliográficas

- AMAR, Paul. *The Security Archipelago*. Human-security states, sexuality politics and the end of neoliberalism. Duke University Press, 2013.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba. (Org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975, pp.123-176.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote. In.: *Anais do Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf
- DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter “anthropological blues”. NUNES, Edson (org.). *A Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 p. 23-35.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.
- FASSIN, Didier. *The Moral World of Law Enforcement*. The Occasional Papers of the School of Social Science. Unpublished. PAPER NUMBER 49. MARCH 2013.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161. São Paulo: PPGAS/USP, 2005. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- _____. Anti anti-relativismo. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, pp. 47 - 67
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, pp.7-41. Campinas- SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000100002>
- HOOBS, bell. *From margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

- KILOMBA, Grada. *Plantations memories: episodes of everyday racism*. 2ed. Munster, UNRAST, 2010.
- LACOMBE, Milly. A 1ª mulher a comandar a Polícia Civil do RJ faz questão de exaltar o lado feminino do poder. In.: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/martha-rocha>> Acessado em 03 de setembro de 2016.
- LORDE, Audre. *Sister outsider*. New York: The Crossing Press, 1984.
- MACEDO, Eric. Outros outros. Etnocentrismo e perspectiva. Dissertação de (Dissertação) - . Programa de Pós - Graduação em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011
- MEDEIROS, Flavia. O ‘monstro’ e o ‘homem’: aspectos da construção institucional de mortos no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 7, no 2, 2014a, pp. 347-365.
- _____. Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal. *Revista Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014b
- _____. “Matar o morto”: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2016a.
- _____. Entre “linhas de investigação”: uma etnografia das técnicas e moralidades sobre os “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (Tese) - Programa de Pós - Graduação em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2016b.
- _____. “De criminosa a vítima”: abortos, polícia e direitos humanos na região metropolitana do Rio de Janeiro In: (ORGs.) EILBAUM, Lucía; Schuch, Patrice e FONSECA, Gisele. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017.
- MEDEIROS, Flavia; EILBAUM, Lucia. Quando existe ‘violência policial’? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. In.: *Dilemas*, , Vol. 8, n. 3: 407-428. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015
- MEDEIROS, Flavia; EILBAUM, Lucia. Onde está Juan: moralidades e sentidos de justiça na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro. In.: *Anuário Antropológico*, v. 41, n. 1: 9-33. , Brasília, UnB, 2016
- NADER, Laura. Up the Anthropologist. Perspectives Gained from Studying Up. In: HYMES, Dell H. (Ed.) *Reinventing Anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972. p. 284-311.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/ Justificando, 2017.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Can the Subaltern Speak?” *Marxism and the Interpretation of Culture*. Ed. Cary Nelson and Lawrence Grossberg. Urbana: University of Illinois Publisher, 1988. 271-313.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. *Mana* [online]. 2010, vol.16, n.2, pp.471-499. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000200009>>.

autora Flavia Medeiros

É antropóloga, com mestrado e doutorado em Antropologia pela UFF e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atualmente, é pesquisadora do Programa Nacional de Pós Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES) no PPGA/UFF.

Recebido em 31/12/2017

Aceito para publicação em 13/03/2018